

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Thais Pereira Silva¹

Marilza Vanessa Rosa Suanno²

Resumo: O presente artigo foi elaborado a fim de apresentar as concepções e o histórico das instituições de Educação Superior, destacando a universidade como o *lócus* do conhecimento e como uma corporação na qual é responsável pela construção do conhecimento e da aprendizagem, que ao longo dos anos foi se transformando, mas que não perdeu sua essência. Este trabalho busca relatar como se deu o surgimento das primeiras universidades, e como foram as primeiras tentativas para consolidação destas instituições universitárias no Brasil este que comparado a outros países ocorreu tardiamente, e apresentar que essas instituições tinham como ideais, atender aos interesses do Estado e da corte, e por fim apresentar as modificações ocorridas através da reforma de Estado este que passa a ser responsável em oferecer uma educação superior de qualidade.

Palavras-chave: Educação Superior. Universidade. Conhecimento.

O presente artigo tem por finalidade apresentar as concepções e históricos das instituições de Ensino Superior. Universidade desde seu surgimento é considerada o *lócus* do conhecimento, ambiente da “produção do conhecimento por meio da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 162). Por volta do século XII e XIII, não existiam nenhuma instituição, porém as pessoas buscavam por conhecimentos, existiam as chamadas congregações, essas se realizavam em qualquer lugar em torno de um sábio, nessas reuniões se dialogavam e discutiam situações do dia-a-dia, do cotidiano das pessoas problemas, ideias, não se limitava o conhecimento, aquele era um local onde se podia falar sobre tudo e as pessoas poderiam expressar livremente suas opiniões e conhecimentos.

Segundo Martins (2005) a palavra universidade “veio do latim *universitas*, *universitatis*, significando ‘universalidade, totalidade; companhia, corporação, colégio,

¹ Pesquisadora: acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás UEG/Câmpus Inhumas. E-mail: thais-psilva@hotmail.com

² Orientadora: Professora da Universidade Estadual de Goiás UEG/Câmpus Inhumas. Professora da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: marilzasuanno@uol.com.br

associação’; historicamente o vocábulo seria do século XIV”, o nome complementou o vocábulo este que resume nitidamente sua finalidade, como um local de aprendizado e construção de conhecimentos.

Segundo algumas fontes, a palavra *universitas* foi originalmente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e, provavelmente no decorrer do século XIX, o termo passou a ser usado á parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, e cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil. Outras fontes indicam a influencia da cultura árabe e a instituição de EI Azhar, no Cairo (ano de 970), na fundação da escola de medicina de Salerno, na Itália no século XI. Naquelas escolas o centro era ensino do Direito, mas, posteriormente ao Concílio de Latrão, o núcleo passou a ser a Teologia (WANDERLEY, 1999, p. 16).

As primeiras instituições possuíam características distintas, eram comunidades de ensino, localizadas em mosteiros e se constituíam como aglomerado de estudantes e mestres, não se havia uma organização integral das instituições existentes, os próprios instituía seus regulamentos, visando a formação religiosa, moral e humanística do homem com intenção de salvação da alma. Essas instituições surgiram com influência das autoridades eclesiásticas e que desses ambientes educacionais os indivíduos assumiam grades cargos dentro da Igreja Católica.

A universidade surgiu no contexto histórico de transição do século XII e apresentou determinantes culturais, estes que previam a ampliação do saber humano e desenvolvimento do espírito corporativo, ou seja, buscava atender interesses de mestres e estudantes.

As universidades europeias surgiram a partir do ano de 1108, nas Américas a partir de 1551 e no Brasil o surgimento da primeira universidade estatal se deu apenas em 1920 na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Wanderley (1999) as primeiras universidades no sentido mais próximo às da época são Bolonha (1108), Paris (1211), Pádua (1222), Nápoles (1224), Salamanca (1243), Oxford (1249), Cambridge (1284), Coimbra (1290), Praga (1348), Viena (1365), Heidelberg (1386), Leipzig (1409), Tübingen (1477), Lovaina (1425), Barcelona (1450), Basiléia (1460), Upsala (1477), Leiden (1575), Edimburgo (1583), Gottinger (1737), Moscou (1755), São Petersburgo (1789), Londres (1836), Na América, os colonizadores fundaram as primeiras universidades em Lima (1551), México (1553), Córdoba (1613), Harvard (1636), Yale (1701) e Princeton (1746).

A criação da universidade da Itália foi um marco crucial para o avanço das instituições de ensino superior, ocasionando a criação de novas instituições superiores essas que se espalharam por vários países. A procura de um ensino superior levavam as pessoas a fazerem longas e cansativas viagens, em busca de instituições que pudessem contribuir para a construção de conhecimento.

O ensino superior no Brasil foi tardio apenas em 1920 na cidade do Rio de Janeiro. O Brasil não possui uma história educacional como outros países, é recente esse processo de formação superior. Portugal formulou um decreto ao qual ficou terminantemente proibida a implementação de instituições de ensino superior no Brasil, a ideia é que este tipo de formação deveria ser procurada nos países da Europa e Coimbra, os filhos dos coronéis e grandes fazendeiros saíam do Brasil com uma carta de recomendação, documento necessário para aceitação em uma Universidade. Sendo destinado à classe elitista, e às classes baixas, privadas deste ensino. Os únicos cursos com caráter superior eram oferecidos pelos jesuítas e eram destinados à formação de sacerdotes. A criação das universidades não se constituía devido o receio de Portugal em tornar o Brasil um país independente, deixando de ser colônia de Portugal tornando-se um país, e conseqüentemente não haveria mais explorações.

O ensino foi marcado pelo sistema jesuítico que com a reforma pombalina em 1759 foram expulsos do território de Portugal, e conseqüentemente foram obrigados a abandonar o país e deixarem o trabalho que há anos vinham fazendo. Foram treze anos sem nenhum tipo de educação, foi a partir daí que começam a surgir as disciplinas isoladas, ministradas por professores leigos e por padres, porém ainda não se havia locais fixos, à cada dia era ministrado em uma casa. Em 1808 com a mudança da família real ao Brasil e da sede do reino ao Rio de Janeiro, ocasionou mudanças na estrutura educacional no que se refere ao ensino superior, ocorre à multiplicação de faculdades isoladas, sobretudo nos cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

As primeiras instituições visavam atender as necessidades de Estado e da corte, preparar sujeitos para prestações de serviço oficiais ambos buscavam suprir as necessidades do momento. Segundo Aranha (2006, p. 221):

As primeiras medidas a respeito da educação tomadas por D. Pedro VI assim que chegou ao Brasil, em 1808, foram a criação de escolas de nível superior para atender as necessidades do momento, ou seja, formar oficiais do exército e da marinha (para defesa da colônia) [...].

Com o fim do império uma nova era se inicia o aumento da população com a expansão dos centros urbanos, e a educação ganha novas perspectivas e percorre um novo caminho, surgem discussões que viabilizam a necessidade de expansão do ensino brasileiro, trazendo ações para a construção de universidades. Ghiraldelli (2006) aponta que a transição para o regime republicano proporcionou novas discussões acerca da educação do Brasil.

O período de fim do Império e início da República assistiu uma relativa urbanização do nosso país, e os grupos que estiveram junto com os militares na idealização e construção do novo regime vieram de setores sociais urbanos, que privilegiavam, de certo modo, as carreiras de trabalho mais dependentes da posse de certa escolarização, as carreiras menos afeitas ao trabalho braçal. Associado a isso e ao clima de inovação política, surgiu então a motivação para que nossos intelectuais – de todos os níveis e projeções viesse a discutir a necessidade de abertura de escolas. (GHIRALDELLI, 2006, 32).

As primeiras iniciativas para a construção de instituições de ensino superior foi relativamente de cunho privado, porem tiveram vida curta, elas não eram relacionadas ao poder de Estado, e não tinham seu conhecimento nos estados do Paraná, Amazonas e São Paulo. A Universidade do Paraná se deu com ação de profissionais locais e apoio do governo estadual, que aprovou a fundo orçamentário. “A Universidade de Manaus foi criada em 1909, no auge da prosperidade resultante do ciclo da borracha” (CUNHA 2007b, p.48). A Universidade de São Paulo foi criada em 1911 por um “sócio capitalista” que pretendia com isso reaver seus investimentos financeiros, através da cobrança de mensalidade dos estudantes. Mas, tal universidade teve uma vida curta, em 1917 , tornou-se algo inviável. E com a criação da Faculdade de Medicina pelo governo Estadual essas instituições privadas se viram ao declínio.

A primeira instituição que assumiu o status de universidade e se consolidou como tal foi a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, após surgiu a Universidade de Minas Gerais em 1927. Essas universidades se constituíam de aglomerados de outras faculdades já existentes, e surgiam com um caráter frágil e pouca autonomia. Mendonça (2000, p. 136) alega que:

[...] de fato, a primeira instituição que assumiu, entre nós, de forma duradoura, essa denominação foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, pelo governo federal (embora desde 1915 essa criação já estivesse autorizada) através da agregação de algumas escolas profissionais preexistentes, a saber, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a

Faculdade de Direito que resultou da junção de duas escolas livres já anteriormente constituídas.

Podemos perceber que a primeira instituição universitária foi originária da Escola Politécnica esta que propunha uma atuação técnica e profissionalizante, se constituindo como uma formação fragmentada de curto prazo que visavam a empregabilidade dos estudantes. Com o processo de urbanização e industrialização precisa-se de pessoas aptas a realizarem determinados tipos de trabalho, ou seja, mão-de-obra qualificada, o que requer que ocorram transformações na educação.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934 aliou-se às escolas superiores existentes, elevou o Instituto de Educação a Faculdade de Educação, criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas-Artes. Aliaram-se, também, como entidades complementares os institutos de pesquisa técnico-científica do estado:

A criação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras realizou antigo projeto de Fernando Azevedo, importante educador e membro da comissão de criação da USP. Para ele, a Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o “coração da universidade”, seria o lugar onde se desenvolveriam os estudos de cultura livre e desinteressada. Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais, assim como para os seus próprios cursos. Lá os alunos estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos, após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. Essa forma de integração dos cursos seria uma espécie de anteparo diante das tendências desagregadoras impostas pela crescente especialização do saber, capazes de atingir, até mesmo, o saber desinteressado, cultivando na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (CUNHA, 2000, p. 168).

A universidade do Rio de Janeiro tinha como pretensão ser referência para as universidades que viessem a surgir, porém o governo federal concluiu que apenas ser modelo não bastava era necessário que houvesse uma organização, estabelecer normas essas que gerissem tais instituições, resolveu então regulamentá-las. O Decreto nº 5.616, de 28 de novembro de 1928, instituía que as universidades a serem criadas deveriam atender a uma série de requisitos: teriam autonomia administrativa, econômica e didática, apenas o governo federal pode criar universidades, e a nomeação do reitor seria responsabilidade do governador para que se evitassem as possíveis propagações de Instituições privadas, tais instituições seriam inspecionadas por órgãos competentes.

No ano de 1940 surge outra universidade privada no Brasil denominada como Universidade Católica do Rio de Janeiro, está que se consolidou.

De acordo com Romanelli (2003, p. 47), os episódios e situações ocorridos “durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica”. No ano de 1930 um marco determinante ocorreu na economia brasileira, um novo modo de produção foi instaurado, foi implantando o capitalismo no Brasil.

Um novo modo de produção econômico, o aumento da burguesia e a industrialização irão demandar um novo papel da educação. Após a segunda guerra mundial se constrói uma ideia de Estado republicano este que deve se consolidar, fortalecendo os ideais liberais onde a educação deve ser pública gratuita e direito de todos e responsabilidade do Estado. Com essas novas discussões surgem novas questões estas referentes à formação de professores para esta nova fase da educação, pois agora a formação passa a ser considerada uma ferramenta imprescindível para a valorização humana e grandes discussões são geradas em torno deste tema.

Em 1964 ocorreu no Brasil o golpe de Estado esse que destituiu o então presidente João Goulart, esse golpe foi a articulação entre os civis e militares. As Forças Armadas promoveram interferência ao golpe, implantaram o regime autoritário. A classe dominante se organizava em defesa de um Estado que lhe garantisse investimentos financeiros. As universidades enviaram intelectuais para formarem o quadro diretivo do regime militar. Foi permitido através de um acordo com o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) que os norte-americanos enviassem pessoas para analisarem e avaliarem o sistema educacional brasileiro, no qual as universidades passaram a ser consideradas como organizações, e deveriam ser organizadas em modelos empresariais, ocasionando as iniciativas de privatização de ensino superior.

Essa reforma não cumpria com o seu propósito que era lutar em prol da valorização da educação, estavam desmobilizando as manifestações dos que lutavam em busca de uma educação pública de qualidade. Essa reforma produzia um discurso de valorização do ensino, porém devido à falta de investimentos não se consolidava. O Estado estava voltado para acumulação de capital, e estimulando a privatização.

A história do ensino superior no Brasil é caracterizada por um ensino elitista e precário sem muitos investimentos. Não houve uma preocupação por parte do Estado em

oferecer uma educação seja básica ou superior de qualidade e que resguarde a todos. Com as reformas do Estado na década de 1990, a educação passa por novos acordos que definiram os setores que compõem o Estado, dando destaque ao “setor de serviços exclusivos do Estado”, sendo a educação classificada. Essa medida segundo Chauí (2003, p. 6) significa:

a) que a educação deixou de ser concebido como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não é só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

As instituições de ensino superior (IES) deveriam se constituir como um espaço de construção de conhecimentos, favorecendo uma problematização, e reflexões acerca da realidade, possibilitando a autonomia do discente. Um ambiente que deve estimular o trabalho com pesquisas, para que os indivíduos sejam capazes de discutir diferentes situações e construir um pensamento complexo.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; PIMENTA, Selma Garrido. **Docência na universidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna 2006.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva. **Revista brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA JÚNIOR, Luciano Mendes Faria Junior; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Evando Alves. **A Etimologia de Alguns Vocábulos Referentes à Educação: olhares & trilhas**. Uberlândia, MG: ano VI, n. 6, 2005.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **Universidade e Formação de Professores:** uma perspectiva integradora: a Universidade de Educação, de Anísio Teixeira. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira F. **História da Educação no Brasil (1930-1945).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **História da Educação no Brasil.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O Que é Universidade.** São Paulo: Brasiliense, 1999.